

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS
Ata da 100ª Reunião Ordinária da CT-AS – 18/06/2026 - 09h00
Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABAS	Didier Gastmans (T)
AEAAV	Carlos Cesar Malta de Oliveira (T)
BRK Ambiental	Nilto Candido Faustino (T)
Limeira	Késia de Paula Teixeira (S)
CATI	Sebastião Vainer Bosquilia (T)
Consórcio Pirai	Francisco Antonio Moschini (T)
CPRM/DBG	Andréa Segura Franzini (T)
Edisonda	Jeanny Mary Danvanzo (S)
	Ygtea Ciriano Castellano (S)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
P.M. de Campinas	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (T)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
P.M. de Campo Limpo Paulista	Silvia Rocha (T)
P.M. de Itupeva	Isabela Ferreira Maia (T)
P.M. de Jundiaí	Mateus Bento Batista Arantes (T)
P.M. de Limeira	Ariane Fernanda dos Santos (T)
P.M. de Louveira	Guilherme Afonso Marques (S)
P.M. de Paulínia	Nara Cristina Chiarini Pena Barbosa (T)
SAA	Sebastião Vainer Bosquilia (T)
SAAEJA	Paulo Roberto Iamarino (T)
SABESP	Mariza Fernanda da Silva (S)
SAEAN	Maria Augusta Padueli (S)
SANASA	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (T)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
SANEBAVI	Mara Leteliane Leite Reis (T)
SP Águas	Deborah do Valle Nuvens Lunardi (S)
	Graziela Lopes Bertolino (S)
UNESP/CEA	Didier Gastmans (T)
ÚNICA	Bartira Elia (T)
UNICAMP	Ana Elisa Silva de Abreu (T)

Membros ausentes	
Entidade	
DAAE - Rio Claro	
Geoblue	
IPEL	
P.M. de Analândia	
P.M. de Itatiba	
Química Amparo	

Membros ausentes com justificativa	
Entidade	
DAE Jundiaí	
IPT	

Demais presentes	
Entidade	Representante
AVISTAR	José Augusto Carvalho
BRISE	Eitan Rosenthal
	Luis Augusto Gomes da Rocha
	Tharso Vieira
BRK Ambiental	Luciano Pereira
DAAE Rio Claro	Mário Brito
	Ricardo Bossi
Fundação Agência das Bacias PCJ	Bruno Antunes Zampaulo
	Diogo Pedrozo
	Ingrid Pavan
	Jaqueline Fagundes Costa
	Kaique Duarte Barretto
	Patrícia Barufaldi
	Rebeca Silva
	Thamiris Cardoso
GAEMA PCJ	Ângelo José Consoni
UNIFESP	Pilar Carolina Villar
Sem registro de entidade	Mona Pavan Ribeiro
Sem registro de entidade	Jefferson Rodrigo Andrade

(T) - Titular (S) - Suplente (C) - Convidado

Aos dezoito dias do mês de junho de 2026, realizou-se, por meio de videoconferência na plataforma *Google Meet*, a 100ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica, em 11 de junho de 2026. **2. Abertura da 100ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas:** A abertura da reunião foi realizada pela coordenadora da CT-AS, Sra. Deborah do Valle Nuvens Lunardi, representante da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas), que agradeceu a presença de todos e confirmou a existência de quórum. Na sequência, foi exibido um vídeo elaborado pela Agência das Bacias PCJ com orientações gerais, registro de presença e outras informações relevantes para a participação na reunião. A Sra. Deborah aproveitou o momento oportuno para comemorar junto aos presentes a realização da 100ª Reunião Ordinária da CT-AS, reforçando o compromisso, o trabalho e a dedicação dos atores que ajudaram a constituir a trajetória desta estimada Câmara Técnica. **3. Aprovação da minuta de Ata da 99ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, realizada em 16/04/26, no**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Ata da 100ª Reunião Ordinária da CT-AS – 18/06/2026 - 09h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

IG/UNICAMP, Campinas/SP: A Sra. Deborah informou que foi feito o envio aos membros, da minuta de ata da reunião anterior, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo, submeteu aos membros para aprovação a minuta de ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-AS, sendo aprovada por unanimidade. **4. Informes do GT-Controle e plano de ações:** Dando continuidade à pauta, a Sra. Deborah apresentou informes sobre as atividades desenvolvidas pelo GT-Controle e sobre o andamento das ações previstas no Plano de Trabalho da Câmara Técnica. Inicialmente, a Sra. Deborah apresentou atualização sobre o contrato referente aos “Estudos hidrogeológicos para avaliação de áreas de restrição e controle nas Bacias PCJ: áreas urbanas de Americana e Nova Odessa”, informando que o Produto 03, referente à caracterização geral da área, geologia e hidrogeologia, havia sido concluído e aprovado. Informou ainda que o Produto 04, voltado à avaliação da quantidade das águas subterrâneas e ao levantamento de campo, encontrava-se em elaboração. Em relação às atividades de campo, destacou que o trabalho tem enfrentado desafios relacionados ao acesso aos poços e à articulação com proprietários e instituições locais. Apesar dessas dificuldades, ressaltou que as ações desenvolvidas pela contratada, em conjunto com a Agência das Bacias PCJ, municípios e demais parceiros envolvidos, permitiram a continuidade dos trabalhos e a ampliação do número de visitas realizadas. Segundo informado, até o momento haviam sido efetuadas 119 visitas de campo, sendo 82 em Americana/SP e 37 em Nova Odessa/SP, quantitativo superior ao inicialmente previsto para esta etapa do estudo. A Sra. Deborah ressaltou ainda a importância da colaboração dos membros da CT-AS e de instituições localizadas nos municípios estudados, especialmente na identificação de poços e no estabelecimento de contatos que possam contribuir para a conclusão das atividades previstas. Informou que a entrega do Produto 04 está prevista para agosto/2026, enquanto as etapas subsequentes deverão ocorrer até fevereiro/2027, quando se espera concluir os estudos e discutir seus resultados junto aos membros da Câmara Técnica. Na sequência, a coordenadora do GT-Controle, Sra. Ana Elisa Silva de Abreu, representante da Universidade Estadual de

Campinas (UNICAMP) apresentou informe sobre as ações relacionadas à retomada das discussões para implantação de uma rede de monitoramento qualitativo das águas subterrâneas nas Bacias PCJ. Informou que o GT-Controle realizou reuniões com a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ e com representantes da SP Águas, buscando discutir alternativas institucionais e operacionais para viabilizar a implementação da rede de monitoramento. A Sra. Ana Elisa relatou também a realização de reunião técnica com representantes da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará (COGERH), com o objetivo de conhecer experiências já consolidadas de monitoramento de águas subterrâneas e compreender os desafios operacionais enfrentados na gestão dessas redes. Segundo informado, as discussões têm contribuído para o amadurecimento da proposta e para a identificação de caminhos que permitam avançar na implantação do monitoramento nas Bacias PCJ. Durante o item, os participantes ressaltaram a importância das atividades de campo para a compreensão das dinâmicas das águas subterrâneas e para o fortalecimento da gestão dos aquíferos. Também foi destacada a relevância histórica das iniciativas de capacitação e intercâmbio técnico promovidas ao longo dos anos pelos Comitês PCJ, reconhecendo sua contribuição para a formação de profissionais e para o avanço do conhecimento sobre o tema. Por fim, a Sra. Ana Elisa informou que o GT-Controle retomará suas reuniões periódicas, em que a próxima reunião está prevista para ocorrer em 30/07/26, por videoconferência, incentivando a participação e contribuição dos membros. **5. Instrumentos de Gestão das Águas Subterrâneas – Políticas Públicas – Prof.ª Pilar Carolina Villar (UNIFESP):** Seguindo a pauta, a Sra. Deborah passou a palavra para a Sra. Pilar Carolina Villar, docente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e pesquisadora na área de governança das águas subterrâneas, que apresentou a palestra sobre instrumentos de gestão e políticas públicas voltadas à proteção e ao uso sustentável das águas subterrâneas. Inicialmente, a Sra. Pilar contextualizou sua trajetória de atuação na temática, destacando sua participação em estudos relacionados à gestão das águas subterrâneas em âmbito estadual e nacional. Informou que sua apresentação foi baseada em pesquisa desenvolvida para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo (CRH-SP), voltada à análise de instrumentos de gestão



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Ata da 100ª Reunião Ordinária da CT-AS – 18/06/2026 - 09h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

aplicáveis à proteção dos aquíferos. Na sequência, destacou a importância do fortalecimento institucional da gestão das águas subterrâneas, ressaltando que, apesar da existência de dispositivos legais e constitucionais voltados à proteção desse recurso, ainda existem desafios relacionados à implementação efetiva de instrumentos de planejamento, monitoramento e fiscalização. Nesse contexto, chamou atenção para a necessidade de estruturação de um programa permanente voltado à conservação e proteção das águas subterrâneas, previsto na legislação paulista, mas ainda não plenamente implementado. A Sra. Pilar observou que, historicamente, as políticas de recursos hídricos têm concentrado maior atenção sobre as águas superficiais, enquanto as águas subterrâneas permanecem, muitas vezes, em posição secundária nas estratégias de gestão. Ressaltou que esse cenário se torna ainda mais preocupante diante do aumento da demanda por captações subterrâneas, impulsionado por eventos climáticos extremos, períodos de estiagem e pela crescente utilização dos aquíferos para abastecimento público, atividades industriais e usos agrícolas. Ao abordar os instrumentos de planejamento, a Prof.^a Pilar destacou a relevância dos Planos de Bacias Hidrográficas como ferramenta para incorporação de informações estratégicas sobre os aquíferos, enfatizando a necessidade de ampliar o conhecimento sobre áreas prioritárias de recarga, vulnerabilidade, densidade de poços e qualidade das águas subterrâneas. Em sua visão, essas informações são fundamentais para subsidiar políticas públicas municipais e orientar decisões relacionadas ao ordenamento territorial, à proteção de áreas de recarga e ao uso sustentável dos recursos hídricos. Outro tema abordado foi a importância do monitoramento das águas subterrâneas e da ampliação das bases de dados disponíveis para gestão. A Sra. Pilar destacou experiências desenvolvidas em outros estados brasileiros, especialmente no Ceará, que possui uma das mais abrangentes redes de monitoramento de águas subterrâneas do país. Ressaltou ainda a necessidade de integração de informações provenientes de diferentes instituições e usuários, visando ampliar o conhecimento sobre a situação dos aquíferos e subsidiar processos de tomada de decisão. Seguiu comentando os desafios relacionados à regularização de poços e ao controle das captações subterrâneas, destacando a relevância de instrumentos voltados ao cadastramento de perfuradores,

à melhoria dos processos de fiscalização e ao fortalecimento da responsabilidade compartilhada entre usuários, empresas de perfuração e órgãos gestores. Como exemplo, apresentou experiências adotadas em outras unidades da federação para aprimorar o acompanhamento e o controle das captações subterrâneas. Durante a apresentação, foram abordadas ainda as Áreas de Restrição e Controle (ARCs), instrumento considerado estratégico para regiões sujeitas à superexploração dos aquíferos. A palestrante ressaltou a importância da produção de dados técnicos consistentes para subsidiar a criação e implementação dessas áreas, destacando que municípios das Bacias PCJ já apresentam cenários que demandam atenção especial quanto à concentração de poços e à pressão sobre os recursos subterrâneos. Encerradas as discussões, foi aberto um momento para manifestações dos membros, em que destacaram a relevância dos temas abordados e promoveram discussões relacionadas ao monitoramento das águas subterrâneas, à integração de bases de dados, ao papel dos municípios na proteção das áreas de recarga e às possibilidades de fortalecimento dos instrumentos de gestão atualmente disponíveis. Também foram debatidas experiências de outros estados brasileiros voltadas ao cadastramento de perfuradores, monitoramento de poços e compartilhamento de informações entre usuários e órgãos gestores. Por fim, foi ressaltada a importância da atuação conjunta entre órgãos gestores, municípios, usuários e instituições de pesquisa para ampliar a disponibilidade de dados, fortalecer o monitoramento e promover o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas relacionadas às águas subterrâneas. **6. Apresentação sobre o papel dos Municípios nos Comitês PCJ:** Dando continuidade à pauta, a Sra. Deborah Lunardi informou que o município convidado para a apresentação prevista neste item comunicou, na véspera da reunião, a impossibilidade de participação em razão de demandas internas relacionadas à gestão dos recursos hídricos e à reorganização de sua equipe técnica. Informou ainda que a participação do município permanece de interesse da coordenação da CT-AS, devendo ser retomada em oportunidade futura. Na sequência, a coordenadora ressaltou a importância da aproximação entre os municípios e a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, destacando que a participação dos representantes municipais nas reuniões constitui importante oportunidade para compartilhamento de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS Ata da 100ª Reunião Ordinária da CT-AS – 18/06/2026 - 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

experiências, desafios e soluções relacionadas à gestão dos recursos hídricos. Segundo destacado, a troca de informações entre os municípios contribui para o fortalecimento das políticas públicas locais e para a disseminação de boas práticas que podem ser replicadas em outras localidades. A Sra. Deborah reforçou ainda que a integração entre os instrumentos de planejamento municipal e os instrumentos de gestão dos recursos hídricos representa elemento fundamental para o aprimoramento da governança das águas, permitindo maior alinhamento entre as ações desenvolvidas pelos municípios e as diretrizes estabelecidas no âmbito dos Comitês PCJ. Por fim, reiterou o convite para que representantes municipais participem das próximas reuniões da CT-AS, contribuindo com experiências e discussões relacionadas à gestão das águas subterrâneas em seus territórios. **7. Informes:** Em seguida, a Sra. Deborah passou para os informes. **7.1. da Coordenação:** A Sra. Deborah informou que a coordenação da CT-AS não teria informes para esta reunião; **7.2 dos Membros:** A Sra. Deborah consultou os membros sobre os informes. Nesse sentido, a Sra. Ana Elisa informou que a CT-AS recebeu comunicação do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA) – Núcleo Piracicaba, relacionada às obras da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Broa, no município de Itirapina/SP. Esclareceu que o documento foi encaminhado recentemente e que, até o momento, não houve oportunidade para análise detalhada de seu conteúdo pela coordenação da Câmara Técnica. Informou ainda que o material foi encaminhado aos membros para ciência, a pedido dos promotores e que eventuais desdobramentos ou providências serão avaliados posteriormente, conforme necessário; **7.3. da Secretaria Executiva:** A Sra. Ingrid Pavan, da Equipe de às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) deu início aos informes da SE/PCJ, sendo: **a) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento aos critérios da [Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21](#), que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO - CFURH) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio

ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2026. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o [portal](#) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **b) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** Informou sobre as próximas reuniões no âmbito dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo, a 100ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, no dia 06/08/26, às 9h00, por videoconferência, com transmissão pelo canal do [YouTube](#), e a 34ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), que está prevista para acontecer em 27/08/26, presencialmente no Clube Mogiano, às 09h30, em Mogi Mirim/SP. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do site dos Comitês PCJ; **c) Próxima reunião da CT-AS:** Por fim, informou que a próxima Reunião Ordinária da CT-AS, está prevista para ocorrer no dia 20/08/26, às 9h00, por videoconferência. **8. Outros Assuntos:** A Sra. Deborah consultou os presentes sobre outros assuntos, não havendo manifestações. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Deborah do Valle Nuvens Lunardi, coordenadora da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Deborah do Valle Nuvens Lunardi
Coordenadora da CT-AS

Marcela Aragão de Carvalho Ramos
Coordenadora-adjunta da CT-AS